



**Democracia na América Latina:
mudanças e persistências**

Fernando Mayorga

resumo

Este ensaio indaga sobre a noção de “fim de ciclo” estabelecendo uma distinção entre “ciclo político” e “ciclo estatal”. No primeiro caso, manifesta-se uma mudança no mapa político da América Latina que mostra um sinal diferente à “guinada para a esquerda” que caracterizou os primeiros anos do século XXI. No segundo caso, a transformação é menos evidente e previsível, posto que os modelos de desenvolvimento e padrões de acumulação não serão desmantelados sem conflito social nem desestabilização política, tal como acontece na Argentina, no Brasil e na Venezuela. No caso da Bolívia, a análise se concentra no referendo realizado em fevereiro de 2016 e que culminou com a derrota do MAS, que pretendia uma reforma parcial da CPE para viabilizar a postulação de Evo Morales nas eleições de 2019. O resultado nas urnas colocou limites na capacidade hegemônica do MAS e afirmou a solidez da democracia.

Palavras-chave: fim de ciclo; democracia; ciclo político; referendo; ciclo estatal.

abstract

This essay questions the notion of “end of a cycle” by making a distinction between “political cycle” and “state cycle”. In the first case, a change is manifested in the political map of Latin America showing a different “left turn” that characterized the first years of the 21st century. In the second case, the transformation is less obvious and predictable, as development models and accumulation patterns will not be dismantled without social unrest or political instability, as it happens in Argentina, Brazil and Venezuela. In the case of Bolivia, analysis is focused on the referendum held in February, 2016; which led to the defeat of the MAS [Movement for Socialism], which sought a partial Constitutional reform to enable Evo Morales to run for president in 2019. The poll results set limits on the MAS hegemonic capacity, and affirmed the strength of democracy.

Keywords: *end of a cycle; democracy; political cycle; referendum; state cycle.*

Depois de 15 anos de predomínio de correntes progressistas ou de esquerda em vários países da região, a política entra – pelo menos essa é a tendência que se percebe – numa fase marcada pela incerteza a respeito da estabilidade e continuidade dos regimes denominados populistas e, também, pelo enigma com relação ao rumo das alternativas políticas que ostentam ou estimulam uma espécie de retorno às políticas neoliberais de outrora e cujo fracasso em alguns países deu origem, exatamente, à denominada “guinada à esquerda”, um movimento que, ao que parece, enfrenta-se com uma fase de estancamento eleitoral e/ou reversão programática. Nestas linhas, pretende-se refletir em torno da noção de “fim de ciclo” na política latino-americana prestando atenção, num parágrafo final, na situação da democracia no caso boliviano.

RUMO A UM FIM DE CICLO: POLÍTICO OU ESTATAL?

Desde o final de 2015, um tópico – transmutado em lema – inunda as análises sobre a democracia e se refere a um “fim de ciclo” na região.

Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro

As reflexões em torno desse tema adquiriram um notável predomínio no debate político e acadêmico latino-americano a partir de importantes acontecimentos suscitados em vários países da região. É evidente que se trata de um vocábulo carregado de conotações e, ao mesmo tempo, denota um caráter impreciso com relação a seu objeto de inteligência. Para tentar uma cabal compreensão dessa aparente confusão, propomos uma questão: estamos diante da culminação de um “ciclo político” ou diante dos prolegômenos de um novo “ciclo estatal” na América Latina?

A resposta preliminar acerca do que é que se conclui e o que é que se inaugura não pode ser senão ambivalente na medida em que “ciclo político” e “ciclo estatal” correspondem a diversos aspectos da realidade e implicam um *tempo* diferente. Isto é, a análise de seu desdobramento deve distinguir seu ritmo e sua intensidade. No primeiro caso, existem evidências de uma mudança no mapa político latino-americano nos últimos meses que mostra um sinal diferente – senão oposto – ao da “guinada à esquerda” que caracterizou a democracia durante a primeira década do século XXI. No segundo caso, a transformação é menos evidente e menos previsível, posto que os padrões de acumulação e/ou modelos de desenvolvimento

FERNANDO MAYORGA é professor da Universidad Mayor de San Simón (Bolívia), coordenador do Grupo de Trabalho Cidadania, Organizações Populares e Representação Política e autor de, entre outros, *Urnas y Democracia Directa* (OEP).

baseados numa renovada matriz “estadocêntrica”¹ – e que foram estimulados com variado sucesso pelos governos de esquerda ou progressistas – não serão desmontados sem que se desate uma intensa onda de conflito social e uma conseqüente instabilidade política. Contudo, existem sinais nítidos com relação à irradiação de uma tendência anties-tatista (ou, como costumam dizer seus detratores, “antipopulista”) com traços de restituição do neo-liberalismo – obviamente sob novas pautas –, posto que seu ponto de origem são as medidas econômicas assumidas pela Argentina e pelo Brasil, países de enorme influência na região.

Com relação a um esgotamento do “ciclo político” que remete à mencionada “guinada à esquerda” existem manifestações de variados signos. Essas diferenças têm a ver com as rotas dos governos progressistas no Brasil e na Argentina (Lula da Silva e Dilma Rousseff, Néstor e Cristina Kirchner), que não encararam profundas transformações político-institucionais em seus países, e com os caminhos percorridos pelos governos que promoveram “processos refundacionais” mediante assembleias constituintes, tal como aconteceu na Venezuela, na Bolívia e no Equador sob a liderança de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa. Não se deve afastar o fato da incidência do papel do sistema de partidos em cada caso, um tema que não abordamos neste texto por razões didáticas. A distinção no caráter das transformações políticas nos países mencionados não é um dado irrelevante para distinguir possíveis rupturas e continuidades no decurso do processo histórico, independentemente de que seja um “fim de ciclo” ou uma “mudança de época”. Por ora, o assunto é estabelecer e interpretar a seqüela de acontecimentos que dão sustentação para destacar que se trata da culminação de uma fase ou da inauguração de outra virada na história da América Latina.

No início dessas mutações se destaca a derrota do kirchnerismo na Argentina em fins de 2015 e a orientação das medidas econômicas adotadas pelo governo de Mauricio Macri, que ostenta um discurso antitético às políticas estatais vigentes na década anterior, precisamente

aquelas que privilegiaram a autonomia estatal com relação aos poderes fáticos e propugnaram inclusão social e integração regional. Depois se configurou a figura institucional de “governo dividido” na Venezuela como conseqüência da obtenção da maioria de cadeiras por parte da oposição nas eleições legislativas que, correlativamente, iniciou ações para estimular a convocatória para um referendo para a revocatória do mandato de Nicolás Maduro. Posteriormente, produziu-se a derrota de Evo Morales na Bolívia numa consulta cidadã dirigida a modificar um artigo da Constituição para habilitar sua postulação a outro mandato contínuo; quase paralelamente se manifestaram as dúvidas no Equador em torno da reforma constitucional para promover a reeleição indefinida ou a volta de Rafael Correa como candidato depois de um período presidencial. Finalmente, a suspensão de Dilma Rousseff no Brasil como parte de uma tentativa de destituição presidencial – obscura manobra legal carente de legitimidade –, que aponta, estrategicamente, para excluir Lula da Silva da cena política visando às próximas eleições.

A esse quadro se poderia adicionar a definição da disputa presidencial no Peru entre duas forças de centro-direita com a vitória de Pablo Kuczynski, que, no segundo turno, teve apoio da esquerda. Da mesma forma, a baixa popularidade de Michelle Bachelet junto à inércia dos partidos da coalizão de governo frente às demandas cidadãs, entre as quais sobressai a reforma do sistema político e do Estado chileno mediante uma assembleia constituinte. Em suma, trata-se de um quadro complexo, que coloca em evidência o enfraquecimento de vários governos incluídos na definição genérica de “guinada à esquerda”, vinculada, precisamente, a um “ciclo político” que estaria em fase terminal ou em processo de conversão em termos ideológicos.

DIVERSAS ORIENTAÇÕES, DISTINTOS CENÁRIOS

O decurso da conjuntura política é incerto, exceto – por ora – no caso argentino. Desencadeia menos dúvidas no Equador e na Bolívia, posto que os partidos de governo – em que pese

¹ Ver, a respeito, Cavarozzi (1996) e Garretón (1995).

enfrentarem as próximas eleições presidenciais sem a presença de seus líderes – dispõem de uma base eleitoral sólida e enfrentam forças opositoras frágeis e dispersas; em todo caso, o processo político se elucidará nas urnas e sem nuvens escuras no horizonte. O panorama é mais complexo no Brasil e na Venezuela, uma vez que neles predomina uma cena de intensa polarização política e social em torno de esquemas institucionais que são motivo de intenso debate legal e mobilização nas ruas: julgamento para a destituição presidencial no Brasil e referendo para a revocatória de mandato na Venezuela. Isto é, apartados da arena institucional, as ruas e os meios de comunicação – com uma cada vez maior influência das redes sociais digitais – são espaços de disputa que podem incidir no processo decisório político. Em ambos os casos, o tempo é um recurso escasso para os atores políticos relevantes e coloca um enorme sinal de interrogação no desenlace dos acontecimentos, posto que a polarização se acentua e diminuem as possibilidades de entendimento entre as forças oficiais e as opositoras.

É preciso ressaltar que a noção de “guinada à esquerda” colocou a caracterização dos processos políticos – e dos governos desse início ou de matiz progressista – num eixo de contrastes ideológicos – direita e esquerda – que resultava equivocado por seu caráter reducionista. Essa antinomia ideológica era imprecisa e tal ambiguidade obnubilou um traço central da realidade latino-americana: a coexistência na região de diversas “orientações políticas”, as quais foram definidas por Fernando Calderón (2012, pp. 183-4) como modernização conservadora, reformismo prático, modelo nacional-popular e neodesenvolvimentismo indigenista. Essa taxonomia resulta útil para avaliar a complexidade política regional e distinguir a especificidade das realidades nacionais a partir de suas articulações e predomínios circunstanciais. Tais orientações se referem a inclinações ou tendências de caráter geral que se combinam de diversas maneiras em cada país de acordo com os traços da conjuntura crítica e da trajetória histórica nacional. Agora, desde o início do século XXI, produziu-se um notável incremento de governos adversos ao neoliberalismo (uma orientação afim à moder-

nização conservadora) e propensos a um papel de maior protagonismo do Estado e, conseqüentemente, da política. A reprodução de projetos de reformismo prático no Uruguai, no Brasil e no Chile (apesar do interregno de Pyñera), o avanço de projetos fincados na tradição nacional-popular na Venezuela, no Equador e na Argentina (também na Bolívia), ou os indícios de neoliberalismo com componentes indígenas na Bolívia (e, em menor medida, no Equador) foram os sinais evidentes do início de um novo “ciclo estatal” na região. Um ciclo que se caracterizava pelo retorno do protagonismo do Estado e do estabelecimento de novas relações entre política, economia e sociedade. Essa matriz sociopolítica teve expressões econômicas de tipo heterodoxo em sua aplicação, sobretudo em matéria macroeconômica e em projetos de industrialização, e suas políticas de caráter (re)distributivo foram eficazes na redução das desigualdades socioeconômicas. De maneira paralela, e com ênfase variada, produziram-se processos de inclusão política e social e renovação de elites políticas sem atentar contra a democracia; ao contrário, expandiu-se o rito eleitoral e a eficácia do voto cidadão se ampliou.

Com relação ao modelo de desenvolvimento, existe uma postura crítica aos governos, que corresponderia ao “ciclo político” vinculado à “guinada à esquerda”. Essa crítica aponta a noção de “extrativismo progressista” para destacar que as políticas pós-neoliberais redistributivas não modificaram a matriz produtiva de um modo substantivo (Gudynas, 2010). Não obstante, tal questionamento desdenha um fato decisivo que tem relação com a potencialidade da capacidade de autonomia do Estado com relação às dinâmicas da globalização e aos poderes econômicos fáticos. Agora, a persistência de um padrão de acumulação com maior ou menor centralidade estatal, assim como as pautas de redistribuição do excedente econômico com orientação popular, depende, em grande medida, do grau de força dos grupos de poder econômico – nacionais e estrangeiros. O retorno das elites econômicas a esferas de decisão política – ou sua influência no manejo governamental – pode incentivar o predomínio de uma orientação política propensa ao mercado e reticente à intervenção estatal. Essa

orientação política conservadora – com sinais de restauração – já se pôs em marcha de maneira evidente na Argentina, com as políticas adotadas por Mauricio Macri. Aspecto similar têm as primeiras medidas econômicas ditadas pelo governo interino brasileiro presidido por Michel Temer. A crise econômica é um elemento que atua como pano de fundo na disputa política no Brasil e na Venezuela, proporcionando razões a favor de posições liberais na economia, adereçadas com críticas à corrupção governamental. Esse panorama aparece de maneira quase invertida nos casos do Equador e da Bolívia, onde vários segmentos dos grupos de poder econômico optaram por se adaptar aos projetos governamentais renunciando à disputa política. Contudo, é possível apontar que a região assiste a um momento de inflexão cuja definição é incerta e seu desenlace nacional será dessemelhante, assim como foram heterogêneos os esquemas políticos e modelos econômicos vigentes nos últimos 15 anos.

Assim, a partir dessas considerações, é possível relativizar o pertencimento da noção de “fim de ciclo” como afirmação de um fato consumado, seja em sua cara política ou em sua faceta estatal. O que resulta evidente, exceto no caso argentino – embora o desgaste da imagem de Mauricio Macri na primeira parte de sua gestão governamental demonstre que a implementação de seu programa teve e terá custos políticos negativos –, é o risco de uma escalada da conflituosidade política e social no Brasil e na Venezuela, assim como a multiplicação dos problemas derivados da rotinização do carisma das lideranças de Rafael Correa e Evo Morales, no Equador e na Bolívia. Essa variedade de rotas coloca em evidência a complexidade da articulação – ou briga – entre diferentes “orientações políticas” nos países da região. Portanto, à margem de sua caracterização como “fim de ciclo”, a América Latina vive uma conjuntura crítica que expressa – de maneira condensada – a dinâmica transformadora intrínseca à política democrática (Cheresky, 2015). Uma política democrática que, nos últimos 15 anos, ampliou a participação cidadã e o sistema de direitos, assim como permitiu a execução de políticas (re)distributivas após a cristalização de seus valores convencionais de liberdade e igualdade. Do mesmo modo, colocou

em evidência a persistência de padrões clientelistas na relação entre o Estado e a sociedade, a reprodução de lideranças carismáticas em substituição de alicerces institucionais e o atraso na construção de um Estado democrático de direito, tarefa pendente e desafio permanente.

Nesse sentido, diante da eventualidade de uma “guinada à direita”, isto é, de uma orientação política com tendência à modernização conservadora – com pretensões de restauração neoliberal –, é dado supor que os governos desse tipo se enfrentarão com sociedades que têm características muito diferentes das que se apresentavam nos anos da transição democrática ou no período de ajuste estrutural do ciclo neoliberal. Esse elemento é crucial para avaliar essa conjuntura crítica cujo desenlace pode marcar, também, o início de uma etapa de instabilidade política e agudo aumento dos conflitos sociais na região.

A DERROTA DE EVO MORALES NA BOLÍVIA E OS DESAFIOS DO MAS

Em que medida esse novo panorama político regional afeta o curso do “processo de mudança” impulsionado pelo Movimento para o Socialismo (MAS) sob a liderança de Evo Morales, já faz uma década? Mais ainda se o MAS enfrenta uma situação de incerteza depois do referendo constitucional realizado em fevereiro de 2016, que culminou com a derrota do oficialismo. A seguir, avalia-se esse fato eleitoral e sua incidência no cenário político. Essa consulta aos cidadãos foi convocada com a intenção de modificar um artigo constitucional para permitir uma nova postulação de Evo Morales em 2019, uma vez que a reeleição contínua se limitava a uma nova rodada². A opção pelo Não obteve 51,3% frente ao Sim, que alcançou 48,7%. A equilibrada distribuição da votação mostra um quadro de

2 Evo Morales venceu com maioria absoluta em três eleições consecutivas: 2005, 2009 e 2014. Em 2009 foi aprovado um novo texto constitucional que estabelece a reeleição contínua por uma única vez e, por essa razão, o MAS impulsionou uma reforma do artigo 168 com a intenção de avaliar a participação do binômio Evo Morales Ayma-Álvaro García Linaera como candidatos nas eleições gerais de 2019.

perdedores e ganhadores relativos, o que não minimiza a derrota do plano oficialista de reeleição do binômio presidencial nem exagera a vitória dos adversários do MAS.

Um fato relevante do referendo constitucional é que demonstrou que não existe polarização política na sociedade boliviana, portanto, a imagem de um “país dividido” pós-referendo é uma figura retórica que carece de sustentação. É possível afirmar que a polarização ideológica somente se manifestou no discurso dos atores políticos que evitaram a deliberação argumentativa e optaram pela desqualificação do adversário. As forças opositoras brandiram, de maneira efêmera, o lema de “campanha cidadã”, mas cedo ou tarde ingressaram no círculo da confrontação porque esse campo disperso e fragmentado (“a oposição”) se transformou numa arena de disputa quando as sondagens preliminares mostraram a supremacia da opção pelo Não na opinião pública, sobretudo nos centros urbanos. A concorrência para ser o porta-voz da rejeição a Evo Morales definiu o comportamento opositor sob o predomínio de uma radicalização discursiva. Essa tendência se exacerbou nas redes sociais digitais devido ao conteúdo das mensagens cuja

viralização foi maior quanto mais denegridoras eram as palavras e as imagens dirigidas a apagar a figura presidencial.

Pela primeira vez a agenda midiática foi definida pelo Facebook e pelo Twitter e os *mass media* se transformaram em caixas de ressonância diante da inexistência de restrições ao uso de redes sociais. Essa polarização foi incentivada por alguns promotores do Não num circuito comunicacional que se originava nas redes sociais digitais e continuava em programas televisivos e manchetes de jornais, o que sugere a existência de novas pautas de formação da opinião pública. Por sua vez, o MAS estimulou uma polarização fictícia utilizando argumentos de caráter convencional, porque focalizou seu discurso num complô norte-americano, no retorno do neoliberalismo e dos partidos tradicionais e na “guerra suja” da direita. Essa estratégia pretendeu provocar um cenário de polarização – favorável a Evo Morales em eleições anteriores – sem perceber que nessa contenda não existia um adversário definido, uma vez que o Não tinha muitos porta-vozes e se alimentava de múltiplas razões ostentadas pelos detratores do regime: denúncia de extrativismo na economia, violação dos direitos



humanos, traição aos povos indígenas, corrupção e ineficiência na gestão governamental e, sobretudo, a permanência de Evo Morales no poder por duas décadas que foi percebida como uma expressão de autoritarismo. Isto é, o eleitor não devia escolher entre Evo Morales e um oponente político e sim entre a possibilidade – ou não – de sua permanência no poder por mais uma década.

Nesse sentido, a polarização foi “encenada” nos *mass media* e nas redes sociais digitais e incentivada pelos atores políticos: não se encarnou na cidadania. A sociedade, em oportunidades anteriores, demonstrou autonomia de ação em seu exercício de cidadania política porque uma importante fatia do eleitorado decidiu seu voto de acordo com os temas em jogo e o aspecto dos cenários eleitorais. Essa leitura implica questionar a ideia de “sociedade dividida” como expressão da polarização política entre oficialismo e oposição. A concentração de votos pelo Não nas cidades e o apoio majoritário ao Sim nas zonas rurais mostra uma distribuição territorial das preferências eleitorais, muito embora se trate simplesmente de uma “divisão na votação”. Ou seja, a leve diferença no resultado do referendo relativiza a ideia de “clivagem” ou “fratura social”.

Embora o plano governamental tenha acabado sendo derrotado, o MAS manteve o apoio de quase a metade do eleitorado e ratificou sua disposição de força política com presença nacional. Com relação aos saldos negativos para o oficialismo, sobressai a deterioração da imagem presidencial submetida a uma superexposição pela diversidade de críticas que alardeavam os promotores do Não (desde a desaceleração da economia até a violação da Constituição, incluindo avatares de sua vida privada) e contrastavam com a monotonia da convocatória do oficialismo: continuidade do “processo de mudança” sob o mando presidencial de Evo Morales como única garantia de estabilidade política e social.

É evidente que a popularidade de Evo Morales declinou com a derrota do MAS no referendo, não obstante a popularidade ser episódica, diferentemente do vínculo carismático. A esse respeito, é preciso ressaltar que não se enfraqueceu o laço carismático entre Evo Morales e seus seguidores, e é possível supor que esse ca-

pital político será a base da estratégia oficialista com vistas às eleições gerais de 2019. Evo Morales escolherá seu substituto como candidato presidencial do MAS e pretenderá que o sucesso de sua atual gestão governamental – enfrentando uma situação econômica menos favorável que no passado – sirva como substrato da convocatória eleitoral do MAS nas eleições vindouras. Numa espécie de analogia com o comportamento de Lula da Silva, no caso brasileiro, Evo Morales tem como uma de suas opções se transformar em guardião e reserva do “processo de mudança” – enquanto encara uma agenda global baseada em sua imagem de representante dos direitos dos povos indígenas – para retornar como candidato nas eleições de 2024. Essa possibilidade depende, em boa medida, do cumprimento dos objetivos propostos na Agenda Patriótica do Bicentenário, um programa de ações governamentais que expressa uma “guinada programática” no MAS em direção a posturas nacionalistas e que lhe permitiu estender sua capacidade hegemônica durante uma década (Mayorga, 2014). Existem outras posturas no oficialismo que apontam para propiciar outro referendo em posse da habilitação de Evo Morales, uma estratégia que provocaria uma intensa polarização e abriria uma conjuntura de imprevisíveis consequências.

Por ora, o cenário é aquele esboçado pelo referendo de fevereiro de 2016. E outra novidade dessa consulta é a recomposição das forças de oposição. É evidente que as possibilidades de reprodução da capacidade hegemônica do MAS no futuro dependerão das estratégias dos atores políticos e sociais, que deram sinais da configuração de um novo campo opositor devido à emergência de forças políticas extraparlamentares. A votação pelo Não demonstrou que a articulação de posições contrárias ao MAS pode proporcionar uma maioria opositora inédita – pouco mais da metade do eleitorado –, muito embora se tratasse de uma coalizão fictícia, porque a paternidade da vitória do Não se transformou, rapidamente, em motivo de disputa entre forças opositoras de variado matiz ideológico que consideram que o MAS é vulnerável sem a presença de Evo Morales como candidato presidencial.

Nessa linha, é preciso destacar a emergência de alguns fatos novos cujo caminho é incerto.

Em primeiro lugar, alguns segmentos da sociedade formaram grupos de mobilização e fizeram uso político das redes sociais digitais. Embora não seja possível equiparar seu desempenho com os casos emblemáticos de “política viral” que se forjaram na Grécia, na Espanha, no Egito ou no México, seu acionamento pode ser o gérmen de modalidades de ação política à margem dos partidos políticos e se constituir em fermento de lideranças alternativas. Essas ações cidadãs denotam a presença de uma “oposição extraparlamentar” inexistente no passado e que se organizou como agrupação informal encabeçada por personagens públicos com perfil progressista ou ligados ao MAS. Essas agrupações cidadãs tiveram um nítido protagonismo nas campanhas pelo Não, com uma crítica de caráter programático e alardeando a proposta de “recondução do processo de mudança” feita por setores da esquerda. À irrupção desses novos atores se soma o acionamento de uma organização política regional que venceu o MAS nas eleições subnacionais de março de 2015 e controla a prefeitura da cidade-capital e o governo do departamento (província/estado) de La Paz, o mais importante do país. Essa agrupação regional se distingue da oposição convencional porque não tem presença no Parlamento e seus dirigentes/autoridades foram ativos promotores do Não no referendo.

A oposição parlamentar, por sua vez, se mantém como uma força sem possibilidades de influência decisória já que continua vigente o “sistema de partido predominante”, porque o MAS dispõe de uma maioria qualificada na Assem-

bleia Legislativa. No entanto, a oposição parlamentar – que se divide em três partidos políticos: Partido Demócrata Cristão (PDC), Movimento Democrático Social (MDS) e Unidade Nacional (UN), que se situam à “direita” do MAS – dispõe de uma oportunidade propícia para disseminar uma ação fiscalizadora da gestão governamental do MAS sobre temas de corrupção e ineficiência para questionar o modelo de desenvolvimento e o papel do Estado na economia. Não obstante, seu principal desafio é a renovação de seus dirigentes e a formação de uma coalizão com vistas às eleições gerais de 2019, embora a ausência de Evo Morales como candidato seja um incentivo para que esses campos políticos optem por uma atuação individual e à margem de posturas frentistas. Uma decisão que, além disso, implicaria competir com forças políticas extraparlamentares que, por sua vez, carecem de incentivos para aliar-se aos partidos. Em suma, o processo político boliviano ingressou numa nova fase, marcada pelos efeitos políticos do referendo constitucional que exigem a modificação das estratégias dos atores políticos relevantes – sobretudo no caso do MAS – sob o atento olhar da sociedade. Uma sociedade mais ativa que se expressou nas urnas para colocar limites na capacidade hegemônica do MAS e, ao mesmo tempo, afirmou a solidez das instituições democráticas; neste caso, da democracia direta e participativa. Nesse ponto, o “fim de ciclo” no caso boliviano se limita, por ora, à presença de Evo Morales na presidência até os primeiros dias da próxima década.

BIBLIOGRAFIA

- CALDERÓN, Fernando. *América Latina y el Caribe: Tiempos de Cambio. Nuevas Consideraciones Sociológicas sobre la Democracia y el Desarrollo*. Buenos Aires, Teseo/Flacso, 2012.
- CAVAROZZI, Marcelo. *El Capitalismo Político Tardío y su Crisis en América Latina*. Buenos Aires, Homo Sapiens, 1996.
- CHERESKY, Isidoro. *El Nuevo Rostro de la Democracia*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2015.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *Hacia una Nueva Era Política. Estudio sobre las Democratizaciones*. Santiago de Chile, FCE, 1995.
- GUDYNAS, Eduardo. "El Nuevo Extractivismo Progresista. Tesis sobre un Viejo Problema Bajo Nuevas Expresiones", in *El Observador*, n. 8. La Paz, Cedla, 2010.
- MAYORGA, Fernando. *Incertidumbres Tácticas. Ensayos sobre Democracia, Populismo y Ciudadanía*. La Paz, PIEB/Ciudadanía/Plural, 2014.